

Acadêmicas só têm um terço dos lugares de topo

Universidade de Coimbra apresenta hoje projeto de promoção da igualdade de género

IGUALDADE As mulheres ocupam apenas um terço dos lugares de topo da carreira académica na Universidade de Coimbra (UC), de acordo com um diagnóstico preliminar realizado pela academia para o projeto europeu de promoção da igualdade de género Supera, que é apresentado, hoje, na UC.

Mónica Lopes, investigadora do Centro de Estudos Sociais da UC e coordenadora do Supera, diz que, em 2015, havia 59% de homens em lugares de docência e investigação, contra 41% de mulheres a desempenhar as mesmas funções. Mas, à medida que se sobe na hierarquia, há um “afunilamento” e, “no topo da carreira académica, só há 29% de mulheres”, explica a investigadora, que considera necessário desenvolver um plano para promover a igualdade.

Noutros setores, nota-se igualmente o “afunilamento”. Apesar de 69% dos funcionários técnicos e administrativos da UC serem mulheres, quando se chega ao topo dos cargos de gestão, a percentagem de mulheres “desce para 54%”.

Quanto à discência, Mónica Lopes diz que “há mais mulheres a entrar no ensino superior mas, à medida que se evolui das licenciaturas para os doutoramentos, essa percentagem diminui”. Continua a haver

“segregação” nas áreas de formação: a maioria das mulheres vão para psicologia, educação, artes e humanidades e os homens cursam ciências, tecnologia e desporto.

COMBATER SEGREGAÇÃO

A secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, que marca presença na apresentação, diz que estes são “sinais de que ainda há assimetrias e formas de segregação que é preciso combater”. “Estamos a desperdiçar competências”, alerta, lembrando que as mulheres estão em maioria no Ensino Superior. A formação nesta matéria não deve ser negligenciada, pelo “reflexo” que tem na sociedade. ● z.c.

PROJETO

300 mil euros

A UC conta com um financiamento de 300 mil euros do projeto europeu Supera para desenvolver ações que promovam igualdade de género no seio das instituições e na investigação.

Vai durar quatro anos

Os investigadores têm um prazo de quatro anos para fazer um diagnóstico mais preciso, criar polos de igualdade de género e realizar ações diversas. O primeiro relatório será entregue em fevereiro.



ANTONIO COITIM/LUSA

Secretária de Estado Rosa Monteiro marca presença